

O USO CORPORATIVO DO TERRITÓRIO: abordagem no início do século XXI

The corporate use of territory: approach at the beginning of the 21st century

El uso corporativo del territorio: abordaje a principios del siglo XXI

Raquel Maria Alves – raquelaalves12@gmail.com
Mestranda em Geografia - Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ)
Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-8587-1670>

Igor Silvério Macedo – igor_silverio-123@hotmail.com
Mestrando em Geografia - Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ)
Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-1313-066X>

Resumo

O uso corporativo é entendido como o uso que grandes empresas nacionais e internacionais fazem do território, se aproveitando de vantagens locacionais criadas para atraí-las, o que provoca alterações territoriais, sociais e econômicas nos lugares que as recebem. Diante da ampliação da presença destes agentes no território nacional a partir da adoção do modelo de desenvolvimento neoliberal buscou-se identificar como o tema vêm sendo apresentado em artigos científicos no período 2001-2020, através de uma revisão bibliográfica em quatro revistas científicas brasileiras, nas quais procurou-se verificar a abordagem teórico-metodológica adotada. Foram identificadas mudanças e permanências relacionadas ao uso que as corporações fazem do território, como a atuação do Estado diante da questão e novas estratégias territoriais por parte destes atores hegemônicos. Os artigos apresentaram a temática a partir da perspectiva crítica tendo em seu referencial teórico autores que contribuíram para se pensá-la nas décadas anteriores. Estas são contribuições importantes para se entender o aprofundamento do uso corporativo do território brasileiro ao longo dos dezenove anos do século XXI.

Palavras-chave: Uso do território, Corporações, Brasil, Geografia.

Abstract

Understand corporate use as the use that large national and international companies make of the territory, taking advantage of locational advantages created to attract them, which causes territorial, social and economic changes in the places that receive them. Faced with the expansion of the presence of these agents in the national territory from the adoption of the neoliberal development model, we sought to identify how the theme have been presented in scientific articles in the period 2001-2020, through a bibliographic review in four Brazilian scientific journals, in which we sought to verify the theoretical-methodological approach adopted. Changes and continuities related to the use that corporations make of the territory were identified, such as the role of the State in the face of the issue and new territorial strategies by these hegemonic actors. The articles presented the theme from a critical perspective, having in their theoretical framework authors who contributed to thinking about it in previous decades. These are important contributions to understand the deepening of the corporate use of Brazilian territory over the nineteen years of the 21st century.

Key words: Use of Territory, Corporations, Brazil, Geography.

Resumen

Se entiende por uso empresarial el uso que hacen del territorio las grandes empresas nacionales e internacionales, aprovechando las ventajas de localización creadas para atraerlas, lo que provoca cambios territoriales, sociales y económicos en los lugares que las reciben. Ante la expansión de la presencia de estos agentes en el territorio nacional a partir de la adopción del modelo de desarrollo neoliberal, buscamos identificar cómo el tema ha sido presentado en artículos científicos en el período 2001-2020, a través de una revisión bibliográfica en cuatro revistas científicas brasileñas, en las que se buscó verificar el abordaje teórico-metodológico adoptado. Se identificaron cambios y continuidades relacionados con el uso que las corporaciones hacen del territorio, como el rol del Estado frente a la problemática y las nuevas estrategias territoriales por parte de estos actores hegemónicos. Los artículos presentaron el tema desde una perspectiva crítica, teniendo en su referencial teórico autores que contribuyeron a pensarlo en décadas anteriores. Estas son contribuciones importantes para comprender la profundización del uso corporativo del territorio brasileño a lo largo de los diecinueve años del siglo XXI.

Palavras-chave: Uso del territorio, Corporaciones, Brasil, Geografía.

Recebido em: 27/09/2021
Aceito: 14/12/2021
Publicado: 14/06/2022

Introdução

O uso do território brasileiro, entendido a partir da análise da ocupação deste, da implantação de infraestruturas, das dinâmicas econômicas e sociais, das políticas dos governos e das empresas, das normas e leis utilizadas na regulação, entre outras (SANTOS, SILVEIRA, 2012), passou por profundas transformações ao longo do século XX, tendo uma importante atuação do Estado, direta ou indiretamente.

Atuando de forma centralizada a partir do governo de Getúlio Vargas, e sobretudo, durante a ditadura militar, na busca por criar uma organização do território voltada para o estabelecimento de um mercado nacional integrado, e apoiando-se na ideia de “modernizá-lo” (MORAES, 2005), o Estado passou a destinar investimentos públicos diretos para a criação, melhoramento e expansão de infraestruturas físicas sobre o território brasileiro, como ferrovias, rodovias, portos, hidrelétricas, desenvolvimento das telecomunicações etc.; criou leis e normas que favorecessem a indústria e a circulação de mercadorias entre os estados, a modernização do aparelho estatal entre outras medidas (SANTOS, SILVEIRA, 2012).

Investimentos públicos também foram realizados na construção de indústrias de base, como a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) no estado do Rio de Janeiro, a Usiminas em Minas Gerais, vistas como importantes para a industrialização do país (DANTES, SANTOS, 1994). Além disso, estabeleceu-se planejamentos voltados ao ordenamento territorial (planejamento urbano, regional etc.), chegando ao auge na virada da década de 1960 para 1970 (DEAK, 2010).

No governo militar, além dos investimentos públicos em infraestruturas, teve-se uma intervenção direta nos aparatos produtivos, criando-se complexos e polos industriais, ampliando as redes de transporte e constituindo as redes de aeroportos, o sistema de telecomunicações e incentivos à modernização da agricultura (SILVA, 2005; SANTOS, SILVEIRA, 2012). Estes aparatos criados, permitiram, juntamente com outros fatores, o surgimento de novas áreas industriais e rápido crescimento de cidades de porte médio e pequeno situadas próximas à essas modernizações (DINIZ, CROCCO, 1996).

Os financiamentos e incentivos ao campo buscando modernizá-lo, foram realizados através do Sistema Nacional de Crédito Rural, instituído em 1965, investimento em pesquisas de melhoramento genético de sementes para adaptá-las a diferentes condições climáticas, entre outras. Esse foi um esforço governamental para aumentar a participação do Brasil no comércio mundial a partir de exportações de produtos primários. Tal ação trouxe consequências sociais, econômicas e territoriais que segundo Frederico (2012) foram aprofundadas nas décadas seguintes, diante da adoção do modelo de desenvolvimento econômico neoliberal e de uma lógica financeira mundializada, contribuindo ainda mais para a fragmentação do território no século XXI.

Tozzi (2009) afirma que os investimentos estatais na criação e modernização de infraestruturas físicas no território brasileiro foram uma preparação para seus posteriores usos corporativos, já que estas infraestruturas seriam transferidas para o comando privado por meio de privatizações e concessões, a partir da mudança no modelo de desenvolvimento econômico.

Este uso corporativo é entendido como o uso que grandes empresas nacionais e internacionais fazem do território. Este, segundo Santos e Silveira (2012), é visto como mera base de operações, abandonado quando condições competitivas deixam de ser favoráveis, mas que, enquanto estão presentes, têm suas lógicas e exigências constituindo-se em um dado da produção da política interna e da política internacional do país. Ainda conforme estes autores, as grandes empresas usam e controlam preferencialmente recursos públicos que também são necessários a outros agentes, para garantir suas necessidades levando a usos territoriais que são irracionais aos interesses da maior parte de sua população.

A presença das corporações, provoca alterações nas dinâmicas de uso do território e foi intensificada a partir da década de 1990, em um contexto internacional e nacional específico, permitido pelo aprofundamento da globalização, dos avanços técnicos-científicos e informacionais que passaram a estar cada vez mais integrados à produção, a abertura de mercado, a maior autonomia dos estados e municípios para legislarem em questões financeiras próprias a partir da Constituição Federal de 1988, e assim se utilizarem de isenções fiscais para a atração de empreendimentos, a consolidação do Mercosul, a criação de políticas federais visando atrair empreendimentos externos para o país e o aprofundamento de sua participação no comércio mundial, como exportador de produtos primários de baixo valor agregado, entre outros fatores (IBAÑEZ, 2006; DULCE, 2018; DINIZ, CROCCO, 1996; FREDERICO, 2012).

As alterações territoriais, sociais e econômicas decorrentes da presença destes atores hegemônicos foram analisadas em trabalhos científicos de diversas áreas do conhecimento, que demonstraram já na década de 1990 e nos primeiros anos do século XXI a influência destes agentes na organização territorial, as disputas com a população local pelo seu uso, a relação destas com o Estado, o seu papel na criação de novos municípios e infraestruturas fundamentais à produção e circulação de suas mercadorias etc.

Alguns já demonstravam que por mais que em um primeiro momento as empresas ligadas a setores específicos, criem boas condições para a população, empregos, renda, levem ao aumento de receitas geradas e outros benefícios, em um segundo, elas podem abandonar essa base territorial afetando os entes da federação que têm na presença destas uma importante estratégia para alcançar o desenvolvimento econômico e social. Entre os geógrafos que realizaram pesquisas sobre o assunto neste período pode-se citar Márcio Cataia, Maria Laura Silveira, Milton Santos, Ricardo Castillo, Roberto Lobato Corrêa, entre outros.

No caso da agropecuária moderna, autores também demonstraram as disputas pelo uso do território, como o geógrafo Ariovaldo Umbelino de Oliveira por exemplo. Ressaltaram como a agropecuária passou a estar cada vez mais ligada a grandes empresas e dependente do sistema financeiro, devido às necessidades de produzir que se tornaram complexas e dependentes de insumos industriais. Evidenciaram o início de uma especialização de “manchas” no território, refém de interesses do mercado mundial, podendo mudar rapidamente e a criação no país de uma tensão velada entre mercado interno e externo, que tornam a economia do país cada vez mais dependente e vulnerável a situações externas (mercado financeiro, interesses das corporações etc.). Além disso, chamaram a atenção para a atuação do Estado que prioriza interesses que o afasta

de questões territoriais, e de estabelecer uma política de desenvolvimento que considere a diversidade nacional.

Frederico (2012), aponta um predomínio de lógicas empresariais sobre o planejamento e a organização do território que somente acentua as desigualdades sociais e territoriais e comprometem o futuro da nação. Este uso corporativo, tem o apoio do Estado, já que este cede aos apelos das grandes empresas, e leva, conforme Santos e Silveira (2012), em sua lógica global, outras empresas menores, impedindo que se estabeleça lógicas menos dependentes do “mundo” que poderiam levar a outros comportamentos territoriais por parte destes agentes.

Leva também ao aprofundamento do uso diferencial do território e à hierarquização deste, mesmo que essa não seja permanente ou durável nas circunstâncias da globalização, em que se verifica frequentes desvalorizações e revalorizações de partes do território facilitado ainda mais pela guerra dos lugares.

É diante dessas questões e do aprofundamento desse uso corporativo do território no início do século XXI, uma vez que o cenário criado na década de 1990, com práticas de incentivos fiscais, priorização do mercado externo nas exportações (que entre outros fatores contribuíram para o aumento do preço de alimentos no país em meio a pandemia do novo coronavírus- SARS-CoV-2), e do ônus social e ambiental deixado para toda a sociedade (a exemplo o rompimento de barragens de rejeitos de mineração em Mariana e Brumadinho no estado de Minas Gerais, entre outros), que buscou-se no presente artigo identificar como o tema vem sendo abordado no período 2001-2020, através de revisão bibliográfica em artigos científicos publicados em periódicos avaliados no Qualis/Capes, no quadriênio 2013-2016, como B1, consideradas, portanto, de excelência nacional.

Foram selecionadas quatro Revistas Científicas brasileiras voltadas para a ciência geográfica no geral. Após a seleção dos artigos que tratam sobre a temática, analisou-se os seguintes critérios: escala de estudos; metodologia utilizada para desenvolvimento do estudo; principais autores citados; métodos e abordagem ou dimensão predominante, e conceito de território utilizado. A partir destes dados realizou-se análise crítica procurando identificar avanços e retrocessos, lacunas e novas perspectivas em relação ao tema.

Desenvolvimento

As revistas científicas selecionadas para análise foram a ACTA Geográfica, ligada ao programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Roraima (UFRR); Boletim de Geografia da UEM, ligada ao Departamento de Geografia da Universidade Estadual de Maringá (UEM); Boletim Goiano de Geografia, ligada ao Instituto de Estudos Sócio-Ambientais da Universidade Federal de Goiás (UFG) e a GEOGRAFIA (Londrina) ligada ao Departamento de Geociências e ao Programa de Pós-Graduação e Doutorado em Geografia da Universidade Estadual de Londrina (UEL) (Quadro 1).

Quadro 1 - Revistas Científicas selecionadas para análise

Revista	Periodicidade	Ano de criação
ACTA Geográfica (UFRR)	Semestral (2007 – 2011) Quadrimestral (2011-atual)	2007
Boletim de Geografia da UEM	Quadrimestral (2011 - 2020) Fluxo Contínuo (2021-atual)	1983
Boletim Goiano de Geografia (UFG)	Fluxo Contínuo	1981
GEOGRAFIA (UEL)	Semestral (2001 -2009; 2014- atual) Trimestral (2010 -2013)	1983

Elaboração: Os autores.

Foram analisados 35 artigos que tratam do tema a partir, principalmente, de abordagens econômica, social, ambiental e política em diferentes escalas geográficas, utilizando o método dialético e metodologias que contaram com investigação em campo, estudos teóricos, documentais, qualitativos e quantitativos, tendo em sua composição teórica importantes autores já citados que realizaram pesquisas sobre a temática desde décadas anteriores.

Na ACTA Geográfica foram publicados nove artigos (Quadro 2) no período 2008-2020, que abordam questões ligadas à expansão de agroindústrias - produção de grãos, leiteira e avícolas, à indústria termoplástica brasileira e à conflitos socioambientais decorrentes da mineração, a partir de abordagens histórica, política, social, ambiental e econômica, apresentando assim, as diversas possibilidades de exposição do tema em diferentes escalas geográficas - local, regional e nacional.

Quadro 2 - Artigos analisados no periódico Acta Geográfica

Artigo	Autor (es)	Ano
Corporação e agronegócio da soja na Amazônia	Carlos A. F. da Silva	2008
O território nacional, a soja e a importância da aviação no atual período: a incorporação da região Centro-Oeste à lógica brasileira da produção de grãos	Fabrizio Gallo	2010
A rede política da soja em Pedro Afonso	Carlos A. F. da Silva	2010
Arranjos estratégicos territoriais e redes de poder no circuito espacial leiteiro: o exemplo da Perdigão Agroindustrial S. A	Rhalf M. Braga	2011
Expansão da produção de aves no Paraná e a subordinação de pequenos proprietários de terras às agroindústrias avícolas	Léia A. Veiga Alan A. Alievi	2011
Agronegócio no sudeste goiano e as disputas pelo uso do território	Patrícia F. de Matos	2013
Mineroduto é progresso? Conflito socioambiental no município de Viçosa -MG	Isabela L. P. Pasini Marcelo L. R. de Oliveira Bruno C. da Fonseca	2013
A expansão do agrohidronegócio na região Nordeste do Brasil: o Cerrado baiano e a luta por uma emancipação humana	Cíntia dos S. Lima Gerardo F. de S. Neto	2013
Entre o território local e a globalização: os territórios dinâmicos da indústria termoplástica brasileira	Paulo H. Schlickmann	2016

--	--	--

Elaboração: Os autores.

Estes estudos foram realizados a partir de metodologias qualitativa, exploratória e empírica, tendo estudos de caso, teóricos, documentais, realização de trabalho de campo. Os principais autores citados foram Milton Santos (em sete artigos), Maria Laura Silveira (três artigos). Também foram citados em pelo menos um artigo, os geógrafos brasileiros Bertha Becker, Ariovaldo Umbelino de Oliveira que apresentam estudos sobre a Amazônia; Roberto Lobato Corrêa, Sandra Lencioni que produziram estudos sobre a indústria brasileira; Márcio Cataia e Ricardo Castilho com pesquisas sobre circuitos espaciais de produção.

A abordagem a partir das agroindústrias apresenta, direta ou indiretamente, como elas financiaram a expansão de cultivos de soja na Amazônia ou em municípios específicos que fazem parte desta. Expõem a dinâmica da territorialização de grandes corporações ligadas a essa *commodity*, e de sua influência na reorganização territorial, ressaltando a necessidade de conhece-las “por dentro” para entender o uso que fazem do território e considerar as redes de interesses (de poder) formada por diversos agentes (corporações, prefeituras, cooperativas, sindicatos etc.). A relação entre produção, comando e a localização destes agentes no território no período técnico-científico e informacional também é tratada como elemento importante a ser considerado nas pesquisas.

A abertura comercial do país no final do século XX associada a fatores como o aprofundamento da participação do Brasil no mercado internacional como exportador de produtos primários, fez com que empresas traçassem estratégias territoriais que trazem consequências para a população local. Os artigos relacionados a agroindústrias avícolas e leiteira, ambos publicados em 2011, buscaram evidenciar estas estratégias a nível regional e nacional. Ao pesquisar a dinâmica de atividades da Perdigão Agroindustrial S.A, por exemplo, Braga (2011) ressalta a dificuldade que tem sido a realização de estudos diante das inúmeras fusões e aquisições entre empresas como estratégia para aumentar sua área de atuação, porém, mantendo por questão de marketing, os mesmos nomes, como é o caso da Leite Glória, que segundo o autor, desde o seu surgimento em 1960 até 2000, foi controlada pela norte-americana Fleischmann e Royal/Nabisco, pertenceu à Kraft Foods Internacional até 2001 e posteriormente à Parmalat.

Impactos socioambientais e conflitos pelo uso do território diante da atuação de atores hegemônicos, a interação local-global, a importância das políticas e dos atributos territoriais na dinâmica de indústrias e como o Estado atuou até o momento analisado, em favor das grandes empresas, também foram expostas e discutidas nos artigos.

A maioria não especificou ou apresentou a definição de território utilizado, apenas abordaram sobre como ocorre o uso deste, ou de seu papel ativo na decisão locacional das empresas. Exceção foi o artigo publicado em 2016 intitulado “Entre o território local e a globalização: os territórios dinâmicos da indústria termoplástica brasileira” que apresenta de forma geral, um debate sobre o conceito de território, desde Ratzel até a teoria miltoniana sobre o território

usado, ressaltando a importância de saber sobre determinado uso que se faz do território em escalas, local, nacional, regional e global.

No Boletim de Geografia da UEM, verificou-se oito publicações relacionadas à temática (Quadro 3). Com base em pesquisas qualitativas e estudo de casos, os artigos também apresentaram, composição teórica baseada em autores como Bertha Becker, Milton Santos, Ricardo Castillo, Roberto Lobato Corrêa e também Rogério Haesbaert, Maria Adélia de Souza, Ruy Moreira.

Quadro 3 - Artigos analisados no periódico Boletim de Geografia da UEM

Artigo	Autor (es)	Ano
A dinâmica da incorporação imobiliária no processo de verticalização da Zona 7 em Maringá-PR, no período de 1990-2002	Odilon G. Tudini	2005
El movimiento cooperativo agrario en España y la Unión Europea: evolución y cambios verificados ante el proceso de internacionalización del capital	José Daniel G. López	2009
Dinâmicas atuais da metrópole paulista: a promoção imobiliária para empresas	Ricardo A. Castillo Adriana Bernardes	2011
O uso do território e os circuitos da economia urbana: analisando a zona norte de Natal-RN	Thiago B. de Medeiros Francisco F. de Azevedo	2012
Integração e estruturação do território Amazônico como consequência da expansão capitalista no Brasil	José A. Herrera José Q. de M. Neto Rodolfo P. Moreira	2012
Corporações financeiras: uma análise do banco Santander no Brasil (2006-2012)	Bruno B. Dias Sandra L. Videira	2016
Territórios da privação social na cidade de Santa Maria, Rio Grande do Sul	Rivaldo M. Faria Paloma Savian Dinara de Vargas	2019

Região do Centro-Oeste brasileiro: apropriação da "terra prometida" pelo capitalismo agrário nos territórios do Cerrado	Edevaldo A. Souza José N. de Jesus Manoel Calaça	2020
---	--	------

Elaboração: Os autores.

Trazendo contribuições para se pensar o tema em escalas local, regional, nacional e internacional, estas pesquisas abordam sobre o interesse das corporações imobiliárias e financeiras em sua relação e na organização do território. Além disso, também expõem sobre a expansão das agroindústrias diante da expansão capitalista.

O artigo intitulado “Dinâmicas atuais da metrópole paulista: a promoção imobiliária para empresas”, publicado em 2001, aborda sobre o interesse de corporações na cidade de São Paulo, tornando-a ainda mais corporativa, diante de seus reclames prontamente atendidos pelos governos. Aqui é exposto o papel destes últimos ao investirem para viabilizar o grande capital, criando espaços especiais dentro de seus limites administrativos. Segundo os autores, Bernardes e Castillo (2001),

O Estado continua a ser o grande mediador no crescente processo de tornar corporativa a cidade. Reorganizar a estrutura espacial pretérita, implantando objetos técnicos informacionais no intuito de regular a fluidez e permitir a sobrevalorização fundiária significa criar um novo sub-espço na metrópole que garanta as condições de competitividade – tornar produtivo o território – para grandes corporações. Ora, isto envolve vultuosas quantias de dinheiro seletivamente gasto, em detrimento de uma população carente de recursos básicos. Assim, a ordem pública reproduz e viabiliza os interesses da ordem privada (hegemônica), gerando um processo de sobrevalorização de áreas selecionadas da cidade, reforçando a aptidão de São Paulo como espaço da globalização” (BERNARDES; CASTILLO, 2001, p.66).

Publicações de 2005 e 2019 também apresenta o tema a partir da ação de empresas imobiliárias. A primeira, retrata a dinâmica da incorporação imobiliária no processo de verticalização da Zona 7, em Maringá –PR, no período 1990-2002 e a influência de corporações na construção de bairros habitacionais ou comerciais, destinados a grupos específicos tendo suas demandas atendidas pelo Estado. Já na de 2019, o território corporativo é exposto como sendo produtor de racionalidades e da privação social em bairros da cidade de Santa Maria no Rio Grande do Sul (RS), ressaltando que os usos que se faz determinam seu valor.

O artigo “Integração e estruturação do território amazônico como consequência da expansão capitalista no Brasil” evidencia uma parceria Estado – capital, para regular as ações de dominação na região. Nesta, verifica-se a utilização de incentivos fiscais e creditícios, conflitos sociais, impactos ambientais, descaracterização do contexto histórico. O território é visto como território usado que “permite a compreensão de um sistema complexo da trama constituída a partir da variedade de sujeitos territoriais que aí se instalam” (HERRERA; NETO; MOREIRA, 2012).

Na mesma vertente, outro trabalho descreve o uso do território e os circuitos da economia urbana na cidade de Natal, Rio Grande do Norte (RN). Neste, o território também é visto como "território usado ou habitado", em que o adensamento populacional deu origem e permitiu a expansão comercial e industrial e conseqüentemente a formação de territórios corporativos usados por agentes hegemônicos pertencentes ao setor superior da economia. Por outro lado, também é usado como abrigo pelos agentes do setor inferior da economia.

Duas publicações abordam a influência do capital corporativo voltado para a agricultura e o agronegócio na organização e composição do território. Um deles, expõe sobre a reestruturação da organização territorial da agricultura na Espanha, que era baseada no esquema cooperativo, solidário e democrático, mas que devido a novas formas de produção, expansão de métodos de gestão e fatores de exportação, passaram a ser comercializados em cooperações maiores dando origem às corporações agrícolas, que permitiram a expansão internacional do comércio agrícola espanhol.

O outro, publicado em 2020, discute sobre o setor agroindustrial no cerrado e como as pesquisas financiadas pelo Estado possibilitam e contribuem para o avanço do capital no bioma, originando as monoculturas predatórias e de exportação, administradas por corporações do agronegócio. Essas empresas se beneficiam de incentivos fiscais, abundância de recursos hídricos, solos férteis, logística adequada para escoamento dos produtos, mão de obra farta e barata etc. (SOUZA, JESUS, CALAÇA, 2020).

O artigo sobre corporações financeiras expõe as atividades do Banco Santander no Brasil e como sua presença e ações influência a organização do território, este sendo considerado sob a definição de território em redes. Aqui, é evidenciado a importância para a expansão das operações deste banco desde o início do século, as aquisições e fusões de bancos nacionais com número considerável de agências que lhe desse suporte para a prática bancária no país, sem ter que se preocupar em construir uma nova rede de agências. Entretanto, as atividades deste banco se concentraram nos estados que são mais dotados de meios técnico-científico informacionais, o que demonstra o comportamento típico de uma corporação do capital em tempos de globalização (DIAS, VIDEIRA, 2016).

Na revista Boletim Goiano de Geografia foram encontradas oito publicações (Quadro 4) que trazem análises sobre indústrias automobilísticas, consultoras, agroindústrias, ação direta do Estado em políticas de desenvolvimento e uma resenha do livro "O Brasil: território e sociedade no início do século XXI" organizado pelos geógrafos Milton Santos e Maria Laura Silveira, além de reflexões sobre mobilidade do trabalho e localização dos Shopping Centers.

Quadro 4 - Artigos analisados no periódico Boletim Goiano de Geografia

Artigo	Autor (es)	Ano

Santos, Milton; Silveira, Maria Laura. O Brasil: Território e sociedade no início do século XXI. Rio de Janeiro Recor, 2001	Tadeu A. P. Arrais	2001
Território e identidade: a cafeicultura como fator de construção do território e identidade em Caldas Colômbia	Diego N. Medina	2001
Shopping Centers: novas formas de comercialização e estratégias locacionais em Presidente Prudente -SP	Cláudia C. L. Montessoro	2002
Indústria automobilística brasileira nos anos 90: uma nova territorialização	Ronaldo da Silva	2003
Mobilidade do trabalho e reprodução do capital nos cerrados piauienses	Vicente E. L. Alves	2004
Contexto socioeconômico de Goiás na década de 1970 e a adoção da política de industrialização via distritos industriais	Wânia C. F. Cunha	2010
O uso do território e as redes na Microrregião Ceres (GO): caso das agroindústrias sucroalcooleiras	Lara C. G. Ferreira	2010
Informação e planejamento corporativo: a consultora Deloitte e suas articulações no território brasileiro	Sérgio H. de O. Teixeira Adriana M. B. Silva	2019

Elaboração: Os autores.

Estes artigos têm como base metodológica a pesquisa quantitativa, qualitativa, estudos de casos e revisão de literatura, todos utilizando o método dialético. Há, assim como nos artigos analisados nos outros periódicos já apresentados, citações recorrentes de autores como Milton Santos, Maria Laura Silveira, Sandra Lencione, Ricardo Antunes, Rogério Haesbaert além de Maria Geralda de Almeida, Marco Aurélio Saquet, Claude Raffestin, Glauco Arbix.

A resenha do livro "O Brasil: território e sociedade no início do século XXI" de Milton Santos e Maria Laura Silveira lançado em 2001, faz uma abordagem conceitual sobre o território, discute através da sistematização e busca explicá-lo por meio do conceito de território usado. A resenha apresenta o papel do Estado na creditização do território para a instalação do capital.

Dois artigos expõem reflexos sobre a ação do Estado como forma de auxiliar a organização de territórios com base na consolidação do agronegócio, trazendo como estudo de caso o cerrado piauiense, e o estado de Goiás. Em todos os estudos verifica-se a utilização de incentivos territoriais, alianças de classes visando a modernização agropecuária que desencadeou transformações importantes no perfil técnico, econômico, social, cultural e espacial nestas regiões.

Na mesma linha de abordagem, um trabalho publicado em 2001, traz a discussão sobre o território de exploração, colocando como cenário a atividade cafeeira na cidade de Calda, na Colômbia. O trabalho constrói uma visão histórica do cultivo de café, explicitando o dualismo existente entre o cultivo tradicional e dos grandes cafeicultores e os conflitos associados.

O artigo "Shopping Centers: novas formas de comercialização e estratégias locacionais em Presidente Prudente –SP" traz reflexões sobre a atuação de agentes imobiliários como determinantes na escolha das novas áreas para a instalação desses empreendimentos e dos novos usos do solo urbano. De acordo com a autora, é importante conhecer as estratégias de localização dos shopping centers, visto que os mesmos produzem novos fluxos em função das novas possibilidades e formas de consumo que resultam da localização (MONTESSORO, 2002).

A publicação sobre a indústria automobilística apresenta um histórico dos investimentos produtivos de novas corporações nacionais e internacionais no país, originando uma nova forma de territorialização nos estados brasileiros. Neste artigo é ressaltado a importância para a Geografia econômica de se compreender a guerra fiscal e uso corporativo do território, pois estes permitem analisar a descentralização industrial, intervir em impactos socioambientais nas regiões e rever a cobrança e a distribuição de impostos e receitas (SILVA, 2003). O autor chama atenção para o comprometimento do fundo público, usado para atender às demandas das empresas. Segundo o mesmo,

Atualmente, o capital avança sobre o fundo público com mais ímpeto, sobrando cada vez menos recursos para políticas sociais. A repercussão espacial dessa lógica se manifesta no seguinte princípio: a cidade, região ou país que abrir mais o fundo público, em benefício do capital, receberá tal ou qual nova fábrica. A isso se acrescenta a dotação do território, que põe umas e outras áreas mais competitivas que as outras (SILVA, 2003, p. 66).

O artigo mais recente publicado pela revista sobre a temática foi no ano de 2019 e buscou discutir sobre as empresas que prestam consultoria para grandes corporações e como esses trabalhos influenciam na formação do território relacionando informação e planejamento. Estas também são grandes corporações que se utilizam das informações organizacionais para operar o planejamento corporativo do território (TEIXEIRA, SILVA, 2019).

Na revista GEOGRAFIA da UEL, foram identificados dez artigos (Quadro 5), evidenciando estratégias territoriais de empresas ligadas ao setor elétrico, mineração, agronegócio, indústria cimenteira, e alguns conflitos diante dessas estratégias, sobretudo, em relação às agroindústrias e às indústrias de mineração. Estas publicações, retratam o tema, principalmente em escala regional, mas também local e nacional (e internacional), e adotaram metodologia qualitativa e o método dialético, a partir de abordagens econômica, social e ambiental.

Quadro 5 - Artigos analisados no periódico GEOGRAFIA -UEL

Artigo	Autor (es)	Ano
A Modernização da Pecuária Leiteira e a Exclusão do Pequeno Produtor	Jerri A. da Silva Ruth Y. Tsukamoto	2001
Estratégias recentes de crescimento na indústria de equipamentos elétricos do sul do Brasil	Marcos A. da Silva	2005
As cooperativas do agronegócio e suas (novas) características no Paraná	Elpídio Serra	2009
Considerações geográficas sobre a indústria cimenteira no Brasil e fluxos comerciais internacionais	Leandro B. Santos	2010
O impacto nas relações de trabalho a partir da territorialização agroindustrial canavieiro: alguns apontamentos sobre o Mato Grosso do Sul	Alez T. Domingues Antonio T. Júnior	2013
Psicoesfera e Mineração de Metais na Argentina: o Mito da Criação de Empregos nas Províncias de Catamarca e San Juan	Sebastián G. Lende	2016
Especialização Regional Produtiva e a Atual Organização da Agricultura no Brasil	Márcio R. Toledo	2017

ALVES, Raquel Maria; MACEDO, Igor Silvério. O uso corporativo do território: abordagem no início do século XXI. **Boletim Alfenense de Geografia**. Alfenas. v. 2, n.3, p. 3-24, 2022. ISSN: 2764-1422. DOI: <https://doi.org/10.29327/243949.2.3-1>

O Processo de Territorialização do Agronegócio Global na Microrregião Geográfica de Rondonópolis -MT, a partir da década de 1970	Robert S. Santos	2019
Reestruturação Produtiva e Transformação no Emprego Industrial frente ao Avanço da Silvicultura do Eucalipto no Sudoeste Maranhense	Daniely L. Silva Maria da C. M. Leal	2019
Resistências dos Movimentos Sociais e ONGs frente ao Avanço do Agronegócio no Oeste da Amazônia Paraense	Rayla de L. Tavares Francilene S. da Conceição Antonio Carlos S. de C. Filho	2020

Elaboração: Os autores.

Os artigos relacionados ao uso que as agroindústrias fazem do território, retratam desde 2001 como estas induziram às reestruturações produtivas de regiões e municípios com apoio do Estado e alguns impactos para as populações locais. Abordando sobre a pecuária, o artigo intitulado “A Modernização da Pecuária Leiteira e a Exclusão do Pequeno Produtor” evidencia a ampliação da participação do capital transnacional e a submissão do setor leiteiro a este capital, apontando também alguns aspectos sobre produtores que não se adequaram às normas das corporações e foram marginalizados em decorrência disso.

A atuação dessas grandes empresas também reflete na criação de uma nova regulação política como evidencia o artigo “Especialização Regional Produtiva e a Atual Organização da Agricultura no Brasil”. Essa atuação, em vários segmentos, visa ampliar o exercício de territorialidade e a indução de modernizações territoriais a partir de demandas internacionais e articulações entre empresas. A territorialização ocorre nas diversas escalas espaciais e significa, a apropriação de diversos recursos por parte desses agentes que ganham papel de destaque no uso e na organização do território nacional (TOLEDO, 2017).

O artigo “Resistências dos Movimentos Sociais e ONGs frente ao Avanço do Agronegócio no Oeste da Amazônia Paraense” publicado em 2020, com foco nesta resistência, chama a atenção para os “territórios em disputa” entre corporações, Organizações não governamentais (ONGs), indígenas, movimentos sociais, pequenos produtores etc., e retrata a ação do Estado na implementação de sistemas logísticos que atendem à demandas do agronegócio, a expropriação de trabalhadores rurais e implementação de grilagens de terras, a apropriação dos recursos naturais, a manutenção da propriedade privada e a concentração fundiária diante da chegada de multinacionais do setor (TAVARES, CONCEIÇÃO, FILHO, 2020).

Os vínculos estabelecidos entre transnacionais agro-químico-alimentar-financeiros, que estão à frente da produção de insumo, processamento e comercialização da produção e alguns impactos dessas associações para a cadeia produtiva são expostas nos artigos “O impacto nas relações de trabalho a partir da territorialização agroindustrial canavieiro: alguns apontamentos sobre o Mato

Grosso do Sul” e “Reestruturação Produtiva e Transformação no Emprego Industrial frente ao Avanço da Silvicultura do Eucalipto no Sudoeste Maranhense”.

O artigo “O Processo de Territorialização do Agronegócio Global na Microrregião Geográfica de Rondonópolis -MT, a partir da década de 1970”, aborda sobre as ações dos agentes do agronegócio no processo de produção tanto a montante quanto à jusante no setor agrícola ressaltando as estratégias de territorialização e a subordinação dos agricultores à sua arena geopolítica comercial. Neste, assim como nos que estudam as estratégias de empresas de equipamentos elétricos e cimenteira atenção é dada à fusões e aquisições entre empresas para alargar a atuação no mercado brasileiro.

A presença de fatores evidenciando como a regulação do território também é feita pelas empresas e o incentivo à construção de infraestruturas físicas para escoar a produção, está presente em todos os artigos analisados na revista. Nos que tratam sobre o uso do território pelas agroindústrias é possível constatar que empresas como a Cargill, Nestlé, Sadia, Monsanto, Bunge, Perdigão estão presentes, mesmo que estes se refiram a áreas diferentes do território brasileiro, ou seja, estas empresas estão atuando em diferentes pontos do território nacional que lhes garantem oportunidades e condições de lucrar.

Há um artigo publicado no ano de 2016, que expõe a questão da presença de uma corporação atuando nas Províncias de Catamarca e San Juan na Argentina e que também evidencia como Estado, associado a esta, atua para criar uma psicosfera, que pode ser entendida como a difusão de um conjunto de legitimações ideológicas que asseguram consenso social sobre a inevitabilidade da presença das corporações e do atendimento às exigências destas. Nestas províncias, a mineradora instalada e o Estado, procuram passar a ideia de que a presença desta é importante para a geração de emprego, e que é preciso alargar o caminho para a construção do território através da "estrangeirização" das terras e dos recursos, da flexibilização trabalhista, dos incentivos fiscais e dos subsídios públicos.

Os autores citados nos artigos não diferem muito dos citados nos artigos das demais revistas já apresentadas. Milton Santos (citado em dez artigos), Maria Laura Silveira, Ariovaldo Umbelino Oliveira, Roberto Lobato Corrêa, Ricardo Castilho e também Ruy Moreira, Rogério Haesbaert, David Harvey, Armen Mamigonian, e o economista François Chesnais.

A análise das publicações demonstrou a busca por expor aspectos das corporações que já vinham sendo explicitados por intelectuais desde décadas anteriores, sobretudo na década de 1990 diante de transformações que o Brasil e o mundo vinham sofrendo influenciadas, sobretudo, pelo processo de globalização, mas também trouxeram aspectos que refletem sobre o momento atual em que vivemos.

No primeiro caso, Milton Santos e Maria Laura Silveira, não à toa os mais citados nos artigos, já alertavam para o fato de as corporações ao se estabelecerem em pontos específicos do território, que atendam seus interesses e demandas e garantam uma posição vantajosa em nível internacional, imprimirem nesses pontos uma lógica global e encorajarem os governos a construir infraestruturas físicas de que necessitam indicando-lhes forma de ação subordinadas. Alguns artigos analisados evidenciaram essa subordinação do

poder público que muitas vezes age de acordo com interesses de governantes específicos, formando redes de interesses (de poder) com as empresas e outros agentes de maneira explícita (como os governantes ligados ao agronegócio, por exemplo).

Ao analisar os artigos foi possível perceber a atuação do Estado para a formação de territórios voltados para as atividades do capital. Essa ação do poder público ocorre de diversos modos, desde a criação de infraestruturas como rodovias, portos etc.; incentivos fiscais e legislativos para a instalação de corporações empresariais e industriais nas esferas Federal, Estadual e Municipal; incentivos tecnológicos e de pesquisas visando o desenvolvimento e tornar viável a instalação de corporações, parcerias público-privadas, entre outras.

Ainda nesse aspecto, é importante ressaltar que as ações do Estado para beneficiar as atividades do capital ocorrem também de maneira indireta, como por exemplo, ao criar políticas públicas para a população voltadas para a remoção de áreas prósperas ao desenvolvimento empresarial, baseando na especulação urbana, levando-a a se situar em áreas cada vez mais afastadas das áreas centrais da cidade, possibilitando dessa forma a chegada de atores imobiliários incumbidos de valorizar esses pontos de interesse do capital empresarial.

A atuação do Estado neste caso, já é demonstrado pela arquiteta Ermínia Maricato em suas obras do início do século, quando a autora evidencia que moradias situadas em áreas ilegais e que não interessam ao mercado imobiliário as vezes são até legalizadas, entretanto, se situadas em áreas interessantes ao mercado, o Estado utiliza da legislação urbana que leva à expulsão da população residente da área (MARICATO, 2003).

Assim, é importante perceber que as práticas do Estado voltadas para os interesses privados fazem com que ele se torne subordinado ao interesse do capital. Essa subordinação fica exposta ao observarmos as pressões que grandes corporações empresariais, do agronegócio e financeiras exercem sobre agentes públicos ao ameaçar migrar para outras regiões que oferecem vantagens maiores.

Os demais autores citados nos artigos também deram importantes contribuições para o conhecimento e estudo sobre a temática, ao abordarem em escalas locais, regionais e nacional o início da expansão das corporações no Brasil e os impactos dessa expansão nas populações locais.

Roberto Lobato Corrêa, por exemplo, produziu em 1991 um estudo sobre a organização espacial do grupo Souza Cruz, ressaltando como o grupo produziu o seu espaço de atuação atribuindo papéis específicos a determinadas áreas e cidades. Este autor, chamou a atenção para o fato de, ao final desta década, ainda faltarem estudos realizados em escala nacional sobre a atuação de corporações multinacionais.

Os artigos analisados que apresentaram estudos nesta escala, abordaram sobre arranjos estratégicos territoriais e as redes de poder da Perdigão S. A no Brasil; a indústria termoplástica brasileira; transformações na pecuária brasileira a partir da ampliação do capital transnacional no setor; as transformações e a instalação da indústria automobilística nos países; sobre a atividade corporativas de instituições bancárias e também a atividade de consultoria empresarial para grandes corporações.

Os estudos em escalas regional e local foram mais frequentes, e algumas considerações feitas pelos próprios autores já evidenciam certas dificuldades de se realizar pesquisas até mesmo nestas escalas, devido a fusões e associações entre empresas e as diferentes formas de atuação destas, etc.

Ainda relacionado a aspectos das corporações que já vinham sendo explicitados nas décadas anteriores, os artigos abordam sobre as transformações que as empresas levam para o território como a reorganização deste, a formação de redes de atuação em um espaço amplo, relação entre produção e comando, este último localizado sobretudo na Região Concentrada, cooperação e competição entre as empresas, necessidade de um cenário específico para a implantação, subordinação e priorização de interesses externos com consequências econômicas, sociais e territoriais.

Pouca atenção foi dada ao conceito ou à definição de território em que se trabalhou. No geral os artigos expõem o que ocorre neste e alguns sobre o papel desempenhado por este ao ser dotado de operacionalidade e funcionalidade. Exceção foram dois artigos que trouxeram de maneira explícita a ideia de “território usado”.

Definido por Milton Santos a partir da ideia de que a noção moderna do território como extensão territorial, delimitada por fronteiras na qual tem-se o exercício de poder por meio do Estado é incompleta, o território usado é visto como uma categoria explicativa na análise social. Este, sinônimo de espaço geográfico, é híbrido, inclui todos os atores e não apenas o Estado, “não é inerte ou um mero palco onde a vida se dá, é o território feito e o território se fazendo, com técnicas, normas e ações” (SILVEIRA, 2011).

Segundo Silveira (2021), o território usado tem um papel ativo no processo de formação e transformação das coisas, sendo ele resultante da seletividade, da história e também a condição para que ela seja seletiva. A análise do uso que as multinacionais fazem do território a partir da categoria território usado, é importante por trazer luz a aspectos históricos, que são importantes nas decisões locais das corporações, por exemplo, além de evidenciar o território “se fazendo”.

Territorialização e desterritorialização também são aspectos abordados em alguns artigos. Esses conceitos, estão ligados ao processo de mudança no modo de que determinada área sofre o processo de formação de territórios, com ações e presença de forças distintas. Em sua maioria, ao territorializar em determinada porção do espaço, outra área pode sofrer com o processo de desterritorialização, deixando de abrigar agentes e características que antes estavam presentes.

Esse processo de formação de novos territórios é também influenciado e auxiliado por ações oriundas por parte dos Estados, que, conforme já discutido, é responsável por desenvolver políticas que possibilitem e propiciam o desenvolvimento e organização de territórios pelos agentes do capital.

Alguns artigos trazem as ideias de territorialização e construção da territorialidade das empresas vistas como a apropriação, por parte destas, de recursos naturais, domínio cultural, ideológico, político e econômico, ou seja, ter o controle, domínio comercial e político de determinados territórios. Outros evidenciam as resistências a este uso corporativo e baseando-se em ideias de Rogério Haesbaert, procuram mostrar as relações que populações locais têm com

territórios (identidades territoriais) atingidos por este, e que levam às disputas pelo uso do território.

Trazendo análises que refletem sobre o momento atual, artigos recentes (2016 a 2020) abordam sobre as interações local-global, a criação de uma psicosfera que ainda busca persuadir a opinião pública sobre a inevitabilidade de servir aos anseios da indústria e da agricultura moderna, o aprofundamento da atuação das agroindústrias no país, a organização de movimentos sociais de resistência ao avanço do agronegócio, o corporativismo imobiliário e sobre as corporações financeiras e de consultorias.

O papel que o agronegócio desempenha no Brasil desde a decisão política tomada no governo militar de aprofundar as exportações de produtos primários, foi exposto nas publicações no período analisado, em diversas escalas regionais. Empresas como Cargill, Sadia, Ceval, Maggi entre outras, que atuam no país desde o início do século continuam se expandindo no território nacional e com isso promovem o aprofundamento da especialização regional produtiva e levam em suas lógicas de atuação parcelas cada vez maiores do território nacional, fragmentando-o.

Outro conceito também presente em alguns dos artigos é o de território em redes, em que, apesar de estar localizados em determinadas áreas e regiões, as grandes corporações empresariais, financeiras e do ramo do agronegócio são capazes de influenciar e interferir em outras áreas, como também são interligadas através de atividades e ações possibilitadas pelo auxílio tecnológico, onde um território é ligado ao outro por meio de compartilhamento de dados e atividades. Exemplo claro e fundamental são os bancos, que se territorializam pelo espaço e se interligam em suas atividades.

Análises de atividades de instituições bancárias no território têm sido vistas como uma nova forma de constituição territorial, que através de redes de informações territorializam e caracterizam determinadas áreas, influenciando nos modos de operações e interação entre as pessoas e o capital. Essa atividade também tem forte influência nas decisões do Estado, que por meio de legislações e autorizações, legalizam as novas formas de atividades bancárias, permitindo a territorialização das corporações financeiras pelo território.

Considerações Finais

A partir da realização deste trabalho, que não deixa de apresentar suas limitações devido à quantidade de revistas científicas existentes no país, constatou-se que os estudos relacionados à temática abrangeram aspectos já identificados por autores, principalmente geógrafos, em um momento em que começa a se aprofundar o uso corporativo do território brasileiro, em um cenário específico que permitiu essa ação, mas que também abordam novas questões, surgidas ao longo de dezenove anos do século XXI, que podem ser aprofundadas em pesquisas futuras.

Entre estas questões estão a busca por conhecer as empresas “por dentro”, considerando as redes de interesses, a diversificação de atividades, a escala de atuação, a apreensão dos impactos socioambientais causados por atores hegemônicos e a responsabilização por estes, bem como as reais chances de se alcançar o desenvolvimento econômico e social do país, tão presente nos

discursos governamentais, a partir dessa atuação do Estado que se subordina aos desígnios das grandes empresas.

Estas são contribuições importantes pois, como afirmou Milton Santos, temos um território (usado) feito, e um território se fazendo e o presente é, na realidade, movido pelo futuro através da intencionalidade, com isso há um processo permanente, ininterrupto e conflitante de produção de configurações territoriais e de vida social.

É por isso que estes estudos são importantes. Apesar de também apresentarem suas limitações, através deles é possível perceber como algumas coisas mudaram desde o início deste século, sobretudo, algumas estratégias corporativas para o uso do território, e como outras permaneceram e se aprofundaram, como por exemplo e em aspectos gerais, a atuação do Estado diante da questão e as disputas pelo uso do território nacional.

Referências

BRAGA, Rhalf M. Arranjos estratégicos territoriais e redes de poder no circuito espacial leiteiro: o exemplo da Perdigão Agroindustrial S. A. **ACTA Geográfica**, Boa Vista, v.5, n.9,p. 15-32, jan./jun., 2011. Disponível em: <https://revista.ufr.br/actageo/article/viewFile/371/437> . Acesso em julho de 2021.

BERNARDES, Adriana. CASTILLO, Ricardo. Dinâmicas atuais da metrópole paulista: a promoção imobiliária para empresas. **Boletim de Geografia**, Maringá, v.19, n.1, p.59-70, 2001. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/BolGeogr/article/view/12053/7279> . Acesso em julho de 2021.

CORRÊA, Roberto L. A. Corporação e organização espacial: em estudo de caso. **Revista Brasileira Geografia**, Rio de Janeiro, v.53, n^o 3, p.33-66, jul/set, 1991.

DANTES, Maria Amélia M. SANTOS, Joseleide Souza. Siderurgia e tecnologia (1918-1964). In: MOTOYAMA, Shozo (Org.) **Tecnologia e Industrialização no Brasil: Perspectiva histórica**.1a ed. São Paulo: Editora UNESP, 1994, Parte II, Cap. 1, p.209-232.

DEAK, Csaba. O processo de urbanização no Brasil: Falas e Façanhas. In: DEAK, C; SCHIFFER, S.R (Org.). **O processo de urbanização no Brasil**. 2^a ed. São Paulo: EDUSP, 2010, p.9-18.

DIAS, B. B.; VIDEIRA, S. L. Corporações Financeiras: uma análise do banco Santander no Brasil (2006 - 2012). **Boletim de Geografia**, Maringá, v. 33, n. 3, p. 84-105, 24 mar. 2016. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/BolGeogr/article/view/23981>. Acesso em julho de 2021.

DINIZ, Clélio Campolina; CROCCO, Marco Aurélio. Reestruturação econômica e impacto regional: o mapa da indústria brasileira. **Nova Economia**, Belo Horizonte, v.6, no1, p.77-100,jul. 1996.

DULCI, João Assis. Configurações do desenvolvimento em duas novas regiões automobilísticas: Sul Fluminense e Camaçari (BA). **Revista de Ciências Sociais**, nº 48, janeiro/junho de 2018, p. 75-94.

FREDERICO, Samuel. Imperativo das exportações e especialização Agrícola do território brasileiro: das regiões competitivas à necessidade de regiões cooperativas. **GEOGRAFIA**, Rio Claro, v. 37, n. 1, p. 5-18, jan./abr. 2012.

HERRERA, José A. NETO, José Q. de M. MOREIRA, Rodolfo P. Integração E estruturação do território amazônico como consequência da expansão capitalista no Brasil. **Boletim de Geografia**, Maringá, v. 31, n.2, p.19 -36, mio-ago, 2013. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/BolGeogr/article/view/18880/10953>. Acesso em julho de 2021.

IBAÑEZ, Pablo. **Território e Guerra fiscal**: A perversidade dos incentivos territoriais.2006.174f. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Universidade de São Paulo. São Paulo/SP.

MARICATO, Ermínia. MetrÓpole, Legislação e desigualdade. **Estudos avançados**. São Paulo, v. 17, n; 48, p.151-167. mai./ago. 2003.

MONTESSORO, Cláudia C. L. Shopping Centers: novas formas de comercialização e estratégias locacionais em Presidente Prudente –SP. **Boletim Goiano de Geografia**, v.22, n.1, p.73-96, jan./jun., 2002. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/bgg/article/view/15379>. Acesso em julho de 2021.

MORAES, Antônio Carlos Robert de. Ideologias Geográficas e Projetos Nacionais no Brasil. In: MORAES, Antônio Carlos Robert de. **Território e História no Brasil**. 2aed.São Paulo: Anablume. 2005. Cap.6, p.91-103.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. Uma reorganização produtiva do território. In: SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. 9a ed. Rio de Janeiro: Record, 2006. p.105-140.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. Uma ordem espacial: a economia política do território. In: SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. 9a ed. Rio de Janeiro: Record, 2006. p.289-325.

SILVA, Clayton Luiz. **Alienação e uso corporativo do território de São Paulo**: incentivos territoriais e investimentos privados. Dissertação (Mestrado) -Universidade Federal de Campinas, Instituto de Geociências. Campinas/SP. 2005.

SILVA, Ronaldo da. Indústria automobilística brasileira nos anos de 1990: uma nova territorialização. **Boletim Goiano de Geografia**, v. 23, n; 1, p.59 -82, 2003. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/bgg/article/view/4184>. Acesso em julho de 2021.

SILVEIRA, Maria Laura. Território usado: Dinâmicas de especialização, dinâmicas de diversidade. **Ciência Geográfica**, Bauru, vol. XV - (1) p.4-12. Janeiro/Dezembro - 2011.

SILVEIRA, Maria Laura. **Território Usado como categoria de análise social**. Aula Magna proferida no Programa de Pós-Graduação em Geografia da UNESP/Rio Claro, organizado pela Comissão de Eventos do Programa de Pós-Graduação em Geografia - UNESP Rio Claro, em 8 de abril de 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ndFioF98rg> . Acesso em abril de 2021.

SOUZA, E. A.; JESUS, J. N. de; CALAÇA, M. Região do Centro-Oeste brasileiro: Apropriação da “Terra Prometida” pelo capitalismo agrário nos territórios do Cerrado. **Boletim de Geografia**, Maringá, v. 37, n. 2, p. 43-56, 17 abr. 2020. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/BolGeogr/article/view/47944> . Acesso em junho de 2021.

TAVARES, Rayla de L. CONCEIÇÃO, Francilene S. da. FILHO, Antonio C. S. de C. Resistências dos movimentos sociais e ONGs frente ao avanço do agronegócio no oeste da Amazônia paraense. **Geografia**, Londrina, v.29, n.1, p.45-64, jan/2020. Disponível em: <https://www.uel.br/revistas/uel/index.php/geografia/article/view/36990> . Acesso em junho de 2021.

TEIXEIRA, Sérgio H. de O. SILVA, Adriana M. B. Informação e planejamento corporativo: a consultora Deloitte e suas articulações no território brasileiro. **Boletim Goiano de Geografia**, v. 39, p.1-22, 2019. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/bgg/article/view/56606> . Acesso em julho de 2021.

TOLEDO, Marcio R. Especialização Regional Produtiva e a atual Organização da Agricultura no Brasil. **Geografia**, Londrina, v.26, n.2, p.98-115, jul./dez., 2017. Disponível em: <https://www.uel.br/revistas/uel/index.php/geografia/article/view/28204> . Acesso em junho de 2021.

TOZZI, Fábio; O território como recurso: a privatização das telecomunicações no Brasil. Do leilão dos fragmentos à totalidade do território. **Geosul**, Florianópolis, v. 24, n. 48, p 47-66, jul./dez. 2009.